

ARTE E ESPORTE PREVINEM O CRIME? - AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA EM UBERLÂNDIA/MG

Márcio Bonesso

Instituto Federal do Triângulo Mineiro

E-mail: marciobonesso@iftm.edu.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar o uso do esporte e da arte como dispositivos de controle do crime, executado pelos gestores, técnicos sociais e oficinheiros das políticas estaduais de prevenção à criminalidade, da Secretaria de Estado e de Defesa Social/MG (SEDS), no município de Uberlândia. O trabalho também tem como intuito apresentar a criação das políticas de segurança pública amparadas na articulação dos eixos da proteção social e repressão qualificada. Tem como destaque as políticas culturais do Programa Fica Vivo e sua atuação na chamada *Rede Leste* – conjunto de ações sociais empreendidas por organizações locais e supralocais fomentadas no setor. Os procedimentos metodológicos foram: observação etnográfica, interpretação de livros de ata das reuniões, entrevista com gestores, técnicos sociais e oficinheiros.

Palavras-Chave: Sociologia da violência; Antropologia das sensibilidades jurídicas; Política de segurança pública.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the use of sport and art as crime control devices, executed by managers, social technicians and office workers of state crime prevention policies of the State Secretariat of Social Defense (SEDS) in the municipality of Uberlândia. The work also aims to present the creation of public security policies based on the articulation of the axes of social protection and qualified repression. The cultural policies of the *Fica Vivo* Program and its activities in the so-called *Rede Leste* - a set of social actions undertaken by local and supralocal organizations fomented in the sector are highlighted. The methodological procedures were: ethnographic observation, interpretation of minutes of meetings, interviews with managers, social technicians and office workers.

Keywords: Sociology of violence; Anthropology of legal sensibilities; Public security policy.

INTRODUÇÃO

O município de Uberlândia conta com a segunda maior população de Minas Gerais, com aproximadamente 680.000 habitantes, e está situado na região do Triângulo Mineiro, a mais de 550 km da capital mineira. Neste contexto, o desenho normativo das políticas estaduais de segurança pública, com ênfase nas políticas de prevenção à criminalidade, criado em Belo Horizonte no ano de 2003, foi implantado na cidade interiorana em outubro de 2005. A criação deste desenho normativo teve como base metodológica a articulação do eixo da proteção social, cujo foco está na realização de oficinas culturais e redes de assistência social para jovens habitantes das chamadas *áreas de risco*, e o eixo da repressão qualificada, executado pelo Grupo Especializado de Policiamento de Área de Risco (GEPAR). Em síntese, o artigo deseja responder a seguinte pergunta: o compromisso das ações governamentais em criar um padrão científico de políticas de segurança pública, que envolve o uso da arte e do esporte enquanto dispositivos de prevenção ao crime, gerou uma eficácia simbólica no município de Uberlândia?

1. AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA EM MINAS GERAIS

Ao estudar a Polícia Civil (PC) em Minas Gerais, o sociólogo Luiz Antônio Paixão (1982) inaugurou uma nova abordagem entre os pioneiros das ciências sociais no Brasil que pesquisavam temas relacionados ao crime, à violência e aos direitos humanos. Além de estudar a cultura organizacional da instituição, o sociólogo também projetou as ciências sociais como uma forma de conhecimento que serviria para a formulação de políticas públicas. Pode-se dizer que seu exercício profissional foi influenciado por uma perspectiva híbrida de pesquisador e intervencionista.

Por acreditar que a polícia era muito importante, o Paixão se juntou ao coronel Klinger, da PMMG, que também acreditava que a polícia tinha que mudar. Era um momento em que a sociedade brasileira estava em processo de democratização e as polícias precisavam se adaptar aos novos tempos. Das conversas do Paixão e do Klinger com os parceiros da Fundação João Pinheiro, surgiu a ideia que a polícia deveria ser formada fora das academias de polícia. A Fundação João Pinheiro passou a organizar os cursos da PMMG por volta de 1987, 1988. (entrevista de Claudio Beato em Lima e Ratto 2014: 288).

Para o sociólogo Claudio Beato, essa postura normativa e aplicada da sociologia mineira, iniciada por Paixão, em épocas de efervescência política com a formulação da Constituição Federal de 1988, refletiu-se nas gestões futuras das políticas estaduais e da consolidação de centros de

pesquisa na capital. Além da Fundação João Pinheiro, a produção científica sobre o tema também se desenvolveu em outras instituições, como o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O sociólogo ainda destaca, no legado de Paixão, a importância do trabalho em equipe e com profissionais de várias áreas do conhecimento, contrapondo-se à produção corrente de pesquisas das ciências sociais, feita de forma mais artesanal.

Apesar desses avanços embrionários entre as agências militares, científicas e políticas, no período da redemocratização brasileira, o núcleo duro das políticas de segurança pública em Minas Gerais reproduziu um tipo de gestão muito comum entre os entes federativos brasileiros: a gestão do gerenciamento de crises (Sapori 2007). Após eleições diretas dos governos sucessores de 1982: Tancredo Neves/Helio Garcia 1983/1986 (PMDB); Newton Cardoso 1987/1990 (PMDB), Helio Garcia 1991/1994 (PRN), Eduardo Azeredo 1995/1998 (PSDB), e Itamar Franco 1990/2002 (PMDB), essas políticas públicas não obedeciam a nenhum diagnóstico e planejamento prévio sobre a criminalidade.

Dessa forma, o tempo das pacatas cidades mineiras, incluindo a capital Belo Horizonte, se tornou passado. Os elevados índices criminais (Sapori 2007) provocaram a sensação de insegurança nas populações dos municípios mineiros e, para conter as taxas de crimes violentos que aumentavam desde a década de 1990, o governo de Minas Gerais criou, no ano de 2003, um novo programa de gerenciamento das políticas de segurança pública. Esse modelo foi elaborado dentro do plano denominado *Choque de Gestão* do recém-eleito governador Aécio Neves (PSDB), cujo objetivo foi criar a Secretaria de Estado e de Defesa Social (SEDS). Os gestores políticos, militares aliados aos pesquisadores dessas instituições de pesquisa, contribuíram para que a secretaria fosse a única a receber aumento de recursos governamentais, em contraposição aos cortes de gastos realizados em outras pastas.

A SEDS organizou as políticas de segurança pública em quatro grandes eixos. O primeiro, com mais investimento, foi a ampliação do sistema prisional. O segundo eixo foi a criação das Regiões Integradas da Segurança Pública (RISP), com as ações de integração das polícias em uma mesma estrutura arquitetônica. O terceiro eixo ampliou o sistema de atendimento ao adolescente e o último constituiu o modelo normativo das políticas de prevenção à criminalidade.

Pode se inferir que, com o fim da disputa eleitoral de 2002 e o início dos mandatos nos poderes executivos e legislativos de 2003, houve um “pacto republicano” entre o governo mineiro, dirigido pelo PSDB, e o governo federal, dirigido pelo PT. Na prática vários convênios, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), materializaram um modelo estadual de

segurança pública que passou a ser elogiado e premiado, sobretudo pela atuação do Programa Fica Vivo. Artigos publicados (Beato e Peixoto 2005; Beato, Silva e Silveira 2008) livros e pesquisas científicas de graduação e pós-graduação (Sapori 2007; Leite 2003; Neves 2009; Corrêa 2008; Souza 2013) constataram a eficácia do programa na redução, em até 47%, do total de homicídios em certos aglomerados de Belo Horizonte, como o Morro das Pedras.

Além desse programa, a política sistêmica do governo mineiro também seguiu um modelo oriundo do campo da epidemiologia, no qual as iniciativas preventivas incidem em uma escala com grandezas diferentes. O Programa Fica Vivo, adjunto ao Programa Mediação de Conflitos, formam os chamados programas primários, alojados nos Centros de Prevenção à Criminalidade (CPC) de base local. Os dois programas possuem um alto vínculo, sendo que o Programa Fica Vivo atua na faixa etária juvenil de até 24 anos e o Programa Mediação de Conflitos com toda a faixa etária populacional desses territórios. A Central de Penas Alternativas (CEAPA) é um programa de caráter secundário, por atender pessoas que prestam medidas de penas alternativas ou pecuniárias; já o Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) é um programa de caráter terciário, cujo objetivo é atender pessoas egressas do sistema prisional, familiares e agregados. Geralmente, o CEAPA e o PrEsp ficam alojados no CPC de base municipal, mas também realizam ações nos CPC de base local. Todas essas equipes, integradas, formam as redes de proteção social da segurança pública.

Assim, essas redes de proteção social foram articuladas com os modelos de repressão qualificada, gerando um vínculo entre esses variados profissionais da justiça e da segurança pública, sobretudo os policiais de agrupamentos especializados em áreas de risco (GEPAR). A proposta de a repressão ser considerada qualificada também passa pela aproximação, integração e comunicação entre os agentes envolvidos desses dois polos, por meio de reuniões ordinárias.

2. A INTERIORIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM MINAS GERAIS

Para Flávio Sapori, sociólogo e ex-secretário adjunto de segurança pública do estado mineiro entre 2003 e 2007, o processo de interiorização das políticas estaduais em Minas Gerais ocorreu de maneira lenta e assimétrica em relação à capital Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Cabe ressaltar, por outro lado, que a implementação da política estadual de segurança pública concentrou-se em boa medida nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Houve uma nítida focalização dos investimentos e projetos nessa região do estado, principalmente no eixo da integração das organizações policiais e da prevenção social da criminalidade. O interior foi contemplado apenas no que diz respeito à construção de penitenciárias

e centros de internação de adolescentes infratores. Quanto à compra de equipamentos policiais, observa-se que somente em fins de 2005 e início de 2006 os municípios de outras regiões começaram a ser beneficiados, como foram os casos de Uberlândia, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora e Uberaba (Sapori 2007: 153).

Na região do Triângulo Mineiro, apenas ao final de 2005 foram iniciados nos municípios de Uberaba e Uberlândia os trabalhos de prevenção à criminalidade. Em Uberlândia esse trabalho da SEDS começou no mês de outubro. Foi equipado um CPC de base municipal no centro da cidade e um CPC de base local na periferia do setor leste, abrangendo o bairro Morumbi e bairros que, ao longo dos últimos trinta anos, foram nomeados de *favelas-assentamentos urbanos-bairros irregulares*. As microáreas são: Dom Almir, Jardim Prosperidade, Joana D'arc velho, Joana D'arc novo, São Francisco, Celebridade e Assentamento Zaire Resende. A tríade conceitual é utilizada para abarcar as representações feitas por múltiplos agentes sociais que, de acordo com estratégias específicas, nomeiam cada localidade com uma dessas três formas.

As dificuldades iniciais do CPC de base local são explicitadas por vários técnicos e gestores sociais do Programa Fica Vivo, bem como nos livros de ata das reuniões, ao mencionarem a sobrecarga de trabalho pelo fato de não ter sido acolhido no município o Programa Mediação de Conflito.

Por uma questão política, acreditava-se que um antigo programa municipal na época realizava o serviço do Mediação de Conflitos. Depois esse programa municipal termina e vira outro e perde esse caráter de mediação! O Mediação de Conflito vai atender a faixa-etária que o Fica Vivo não atende que são os pais. Como o nosso público é bem circunscrito no território e idade, você tem de 12 a 24 anos em uma determinada região, acima disso a gente pode acolher, mas não é nosso foco¹.

Após a classificação inicial do setor leste como área de risco, outros setores da cidade também foram classificados. No início de 2006, o bairro Jardim Canaã, situado no setor oeste, foi o segundo bairro a ser classificado pela SEDS, o mesmo acontecendo, no mesmo ano, com o bairro Tocantins, no setor norte, e o bairro São Jorge, no setor sul. Assim, diante desse quadro de expansão dos territórios vulneráveis, ocorreu apenas o policiamento do GEPAR. Os programas que compõem a rede de proteção social não foram acolhidos nessas localidades, ocasionando um desvirtuamento do desenho normativo que visa articular os polos da proteção social e repressão qualificada.

Com o passar dos anos outros bairros adjacentes foram englobados nas áreas de risco e, mesmo com essa nova expansão territorial, as áreas de risco continuaram a acolher apenas o

policciamento especializado. Somente ao final de 2015, o bairro Jardim Canaã acolheu o segundo CPC de base local no município.

Fato curioso ocorreu em 2006, com o primeiro grupamento do GEPAR no Jardim Canaã. Devidamente treinados dentro dos protocolos da corporação, os policiais tentaram criar uma mobilização entre as pessoas dos movimentos sociais para a viabilização da ida do Programa Fica Vivo para a localidade. Tal fato também foi lembrado por uma ex-técnica social do Programa Fica Vivo do setor leste. Ao ser entrevistada², a ex-técnica narra:

O próprio GEPAR do Canaã, lá já tinha um GEPAR há muito tempo, tinha um comandante lá, mas não me lembro o nome dele. Ele chegou a apresentar para a equipe técnica, não agendou nada e falou para a gente: “Eu queria saber como eu faço para comunicar com o pessoal de BH, através de vocês”. Eu fiquei surpresa né, ele veio lá do Canaã falar conosco. “Ah, eu sou o comandante do GEPAR de lá e a gente precisa do Fica Vivo lá”.

Como a distância entre Uberlândia e Belo Horizonte é grande, a comunicação torna-se mais difícil e morosa. Esse tipo de comunicação também reverbera na gestão dos reparos estruturais. Em 2009, relatos de técnicos e gestores dos programas de prevenção à criminalidade de Uberlândia apontam para a interdição da sede no bairro Morumbi. Com o feriado prolongado do carnaval houve uma ocupação de pombos na casa, deixando o aparelho insalubre. Com efeito, a equipe do Programa Fica Vivo teve que se mudar de forma improvisada para o CPC de base territorial situado no centro da cidade. Como agravante da situação, relatos dos técnicos sociais apontam para a dificuldade na manutenção dos veículos oficiais, como, por exemplo, nas trocas dos pneus carecas ou de alguma peça quebrada.

Apesar das dificuldades os gestores, técnicos sociais e oficinairos dos programas estaduais de prevenção à criminalidade criaram desde 2006 a *rede leste*. Essa rede tem como objetivo promover reuniões de pessoas e instituições que agenciam políticas sociais preventivas nos bairros classificados como áreas de risco. A rede leste teve e ainda tem a participação de vários agentes locais e supralocais, de instituições sociais públicas, privadas e do terceiro setor.

3. A REDE LESTE DE UBERLÂNDIA

Desde o início da formação da rede leste os registros documentais e etnográficos demonstraram uma primazia das chamadas instituições supralocais (Alvito, 2001). Estas instituições podem ser reconhecidas de duas formas: 1) as que têm sua esfera decisória fora da localidade, mas possuem moradores locais entre seus membros e 2) aquelas que não possuem nenhum enraizamento

local, mas influenciam em decisões políticas no bairro. São as instituições públicas, polícias, igrejas, ONGs, partidos políticos, meios de comunicação, escolas; relacionam-se nos bairros periféricos de várias maneiras, atribuindo diversos sentidos aos seus moradores, de acordo com estratégias diferenciadas. As instituições locais e moradores das micro áreas tiveram registros efetivos apenas nas primeiras reuniões e fóruns da rede leste.

As descrições das reuniões nos livros de ata ainda demonstram o protagonismo dos gestores e técnicos sociais dos programas estaduais com a rede. No dia 7 de setembro de 2006, o gestor social do CPC de Uberlândia foi o responsável por conduzir as atividades da primeira reunião. Dentre os informes registrados, destaca, como um dos objetivos principais naquele momento, solucionar os problemas fundiários da região. A regulamentação fundiária nessas micro áreas se tornou um dos imbrólios jurídicos mais complexos e confusos do segmento político e imobiliário de Uberlândia. Índícios jurídicos supõem que essas terras, parceladas e loteadas ao longo da história dos processos de urbanização, foram incorporadas de forma legal e ilegal por multifacetados segmentos populacionais – desde políticos e empresários vinculados aos mercados do setor imobiliário, até o agenciamento de movimentos sociais ligados às questões das lutas pelos direitos das moradias urbanas. Importante explicitar como esse ilegalismo, ainda hoje, passa alheio às investigações das ciências sociais.

Algumas dessas micro áreas estão situadas em terras com vários espólios jurídicos, loteadas por imobiliárias irregulares, de propriedade de empresários e advogados que iniciaram os processos contratuais de compra e venda com moradores, mas abandonaram tais transações, deixando os habitantes sem escrituras e sem infraestrutura básica. Outras foram criadas a partir da remoção de grupos de pessoas, por parte do poder público, de outras localidades da cidade. Houve ainda movimentos sociais que organizaram grandes ocupações coletivas. Presume-se que a localidade teve grandes áreas “griladas” por segmentos da elite político-imobiliária da cidade. Com isso, houve também uma série de processos jurídicos sobre os loteamentos abertos, e dívidas referentes aos pagamentos de serviços públicos. Assim, em Uberlândia, o cenário social tão comum nas grandes cidades brasileiras, dos ilegalismos no planejamento urbano e nas divisões dos loteamentos, também mostra vestígios nessa região que originalmente não foi registrada em sesmarias.

Realizado no dia 6 de dezembro de 2006, o primeiro Fórum Comunitário Fica Vivo contou com a participação de moradores que também colocaram como pauta principal do fórum a questão fundiária, diretamente vinculada à questão da criminalidade na região. As ações tomadas pelos gestores e técnicos sociais dos CPCs foram expostas apenas nesse contexto inicial da rede. Silenciosa e seletivamente, o tema fundiário foi sendo retirado da agenda da rede e a sua conexão de

sentido com a prevenção à criminalidade ficou subsumida às agendas vinculadas aos controles sociais sobre jovens, tendo como meta que não adentrem às gangues ou ao uso e tráfico de drogas.

Outro aspecto que consta nesses primeiros documentos da rede leste são os conflitos de interesses entre os agentes que deveriam ser responsáveis diretamente pelo fomento do programa Mediação de Conflitos na cidade:

O gestor social afirma que já tentou a implantação do programa Mediação de Conflitos, mas acredita que essa solicitação deve partir da comunidade junto à prefeitura. No entanto, o tenente e J. [psicólogo do CRAS e oficinairo] acham que essa ação deve mesmo partir do gestor do núcleo (Ata Rede Leste 2006: 12).

As reflexões de David Garland (2008) sobre o papel atual das agências de governo e, em especial, dos operadores da justiça, no que toca as ações de prevenção à criminalidade, demonstram um novo desenho institucional no exercício do poder no campo do controle do crime, configurando-se por governar à distância. Mesmo fazendo parte do escopo sistêmico dos programas de prevenção, por algum motivo, a equipe técnica naquele momento achou conveniente que a comunidade fosse o requerente oficial do programa na cidade.

Nas reuniões subsequentes, como no dia 10 de fevereiro de 2009, esse assunto desaparece da pauta da rede e outro assunto entra em cena: o funcionamento das *lans houses*. Alguns participantes descreveram os problemas causados por esses estabelecimentos na vida dos jovens, associando-os aos locais de práticas criminosas.

Falam das lans houses e da proximidade delas das escolas, da circulação dos jovens, das brigas que normalmente tem ocorridos nesses locais. K [técnico social do Fica Vivo] informa que na capital (BH) as lans houses ficam a pelo menos trezentos metros das escolas para dificultar o acesso direto dos jovens antes e depois das aulas. I (pedagoga) fala que deveria haver um limite de idade para os jovens acessarem as “lans”. Falam do problema da pedofilia, das fotos de crianças que circulam na internet e dos pais que nem sempre percebem a realidade dos filhos (Ata Rede Leste 2009: 16).

Na reunião seguinte, dia 10 de março de 2009, o assunto sobre as *lans houses* continuou na roda de conversa e ganhou uma tonalidade diferente. J., um oficinairo de multimídia, diz que a relação entre jovens e *lans houses* não deve ser interpretada como um evento de criminalização social (Misse, 2008). Para ele, muitos participantes do encontro faziam uma associação mecânica entre *internet* e criminalidade. Segundo o oficinairo, essa relação com a *internet* deveria ser interpretada como um dispositivo que poderia colaborar inclusive com a prevenção à criminalidade.

Comenta que as lans houses colaboram com a ampliação da visão de mundo dos jovens e que ajudam a prevenir a criminalidade. J se diz defensor do Orkut e de outros sites de relacionamento pelo número grande de pessoas que podem se comunicar simultaneamente. J sugere o investimento em oficinas de comunicação para que os jovens possam divulgar o que eles têm de positivo (Ata Rede Leste 2009: 22).

Diferente do pacto de consentimento da reunião de fevereiro, cuja opinião consensual e mais conservadora dos participantes era da associação das *lans houses* com aspectos criminais relacionados às brigas e pornografias, com a participação do oficinairo especialista em multimídia um efervescente debate foi realizado, resultando em um dilema entre ações que deveriam ir para o caminho da proibição ou do uso consciente das redes sociais. Imputou-se à rede um segundo dilema: a *internet* e as redes sociais como dispositivo de criminalização social juvenil ou como dispositivo de prevenção à criminalidade? Deve-se lembrar de que esse período foi o início da incorporação das redes sociais como hábitos dos jovens das periferias nas cidades brasileiras, e poucos telefones celulares detinham a tecnologia de acolher a rede mundial de computadores.

Nessa reunião, outros assuntos relacionados às políticas de prevenção à criminalidade foram colocados pelo público. Um deles foi o homicídio do presidente da Associação do bairro Morumbi, pessoa até então atuante nas reuniões da rede.

A fala do programa Fica Vivo e das dificuldades que o programa enfrenta com a ausência da sede e solicita aos demais que falem cada qual de como foi o último mês na região. Fala da morte do Sr. F, presidente do bairro, digo, da Associação dos Moradores do bairro Morumbi. Diz não compreender a razão deste homicídio e que se preocupa com o futuro dos jovens, do futuro do nosso país (Ata Rede Leste 2009: 25).

Outro problema abordado foi o da insalubridade da sede de base local; a técnica social comunicou que a volta da equipe do programa para o bairro ocorreria no mês de outubro. Assim, a reunião do dia 14 de outubro foi realizada na nova sede. Em seu início, a gestora social e um dos participantes comentaram a importância do programa Fica Vivo para o setor leste.

A gestora F inicia a reunião esclarecendo o retorno da sede local do programa Fica Vivo para o local que atende o Morumbi, falou desse retorno como recomeço contando com a rede parceira. Sr. Edson fala da dificuldade vivenciada pela população quando o Fica Vivo não estava no local, além disso, sugere que seja colocado uma placa nomeando o local que é esclarecido por F [gestora] e D [técnica social] que o mesmo já está planejado para ser realizado pela oficina de grafite (Ata Rede Leste 2009: 27).

Situado em uma área mais central do bairro, com maior circulação de pessoas e mais próxima de outros aparelhos públicos, a visibilidade da primeira sede é comentada como um fator

positivo em relação à atual situada na “parte dos fundos” do bairro Morumbi. Apesar da boa estrutura física da nova casa, a dificuldade de deslocamento para o local, sobretudo das pessoas situadas nos bairros irregulares, seria um ponto negativo destacado por alguns moradores e profissionais do CPC de base local.

O controle social praticado por supostos traficantes do bairro sobre a população local também foi mencionado na reunião da rede realizada em março de 2009. Um oficinheiro atuante no bairro fez o seguinte relato:

Fala ainda que para trabalhar precisou que alguém intercedesse por ele para pedir permissão para os traficantes para desenvolver o projeto Afroudi na Ong T. Critica essa situação no bairro, fala que na mente de alguns jovens a polícia faz coisas ruins e que a comunidade discrimina a polícia (Ata Rede Leste 2009: 36).

Esse controle social do tráfico também se refletiu no homicídio do presidente da Associação de Moradores do bairro Morumbi. O presidente foi atingido por dois jovens que efetuaram os disparos no meio da rua, no momento em que ele retornava para sua residência, caminhando. Os jovens usaram uma bicicleta para realizar a abordagem. Segundo relatos, o fato ocorreu após o presidente ter dado uma entrevista para um telejornal local, revelando a intensificação do combate ao tráfico de drogas no bairro. Alguns técnicos sociais, gestores locais e agentes supralocais do bairro comentaram o receio da participação dos agentes locais nas reuniões da rede depois desse evento trágico. Segundo uma moradora³ e funcionária de uma instituição supralocal:

Esse trem lá [reunião da rede leste] conversa “muita coisa”, tem polícia lá no meio e era à noite e eu tinha que ir embora. O último convite que eu recebi era à noite. Eu não vou porque eu tenho medo, eu me quero viva, eu não me quero morta. Eu vi muito isso acontecer em Goiás. Presidente do sindicato, com jovens e estudantes, essas coisas acontecerem.

A ligação do homicídio com o processo de esvaziamento das lideranças locais e dos moradores em geral nas reuniões da rede também é relatada pelos técnicos sociais do programa Fica Vivo. Em entrevista com um técnico⁴, ele relata as ambivalentes relações metodológicas entre a rede, a polícia e a população local. Após esse homicídio o GEPAR realizou várias operações “pente fino”, abordando diariamente um grande número de pessoas que entravam e saíam dos bairros.

O GEPAR no micro é um parceirão e ao mesmo tempo não. Pra gente que estamos no eixo da proteção social ele é muito mais um parceiro macro do que micro. A nossa relação com o GEPAR aqui na comunidade é super restrita, superdelicada. Até mesmo porque em 2009, super recente, se for pensar houve o assassinato do presidente de bairro que falou publicamente: “Nós estamos aqui, a associação do bairro está com a população para lutar contra o crime”. Depois dessa fala ele foi

assassinado. A rede depois disso esvazia-se, principalmente das pessoas que são da região e da comunidade. A supervisora da escola começa a ficar com medo e fala que o conteúdo da rede assusta um pouco ela. E os outros que não falarem nada e deixaram de participar.

Em todos os encontros de 2009 foi constatada uma participação efetiva da polícia, sobretudo do grupamento do GEPAR. A primeira ausência dos policiais foi no mês de setembro. Nessa ausência, uma moradora que trabalha em um dos bairros do setor debateu com a técnica social do programa Fica Vivo a relação de vínculo do programa com a polícia e o impacto disso entre os jovens do bairro:

I. [moradora do bairro] fala da associação do programa Fica Vivo com a polícia de que muitos jovens não realizam a oficina porque pensam que o programa é da polícia. A [técnica social do programa Fica Vivo] relata sobre a visita de alguns jovens que perguntavam o que era necessário para estar nas oficinas, e foi respondido que nada, que basta eles irem até as oficinas. I. da comunidade relata sobre criança que foi agredida pela polícia e que conversou com o garoto, mas vê que às vezes eles não tem para onde ir. A. diz contar com a rede parceira para destituir a questão do programa [Fica Vivo] e polícia, para que todos entendam o que acontece na instituição (Ata Rede Leste 2009: 40).

Nesse contexto, como uma forma de resguardo, os dizeres da técnica social buscam separar as estratégias metodológicas da articulação dialética entre o eixo da proteção social e da repressão qualificada. Diante desse impasse, vários ex-técnicos do programa sentem-se incomodados com a dimensão metodológica aplicada no controle social sobre os jovens. Afinal, certas informações das vulnerabilidades juvenis, acompanhadas pelos oficineiros e técnicos sociais, circulam entre os grupamentos de policiais e os grupos de intervenções estratégicas, via gestão social.

As denúncias de violência policial contra as crianças do bairro também demonstram o quão complexa e ambígua é a participação dos policiais nas reuniões. Assim, quando participam, realizam suas funções normativas de polícia comunitária ou de policiamento de proximidade; quando não participam, o espaço se torna oportuno para relatos como o mencionado pela moradora.

Sobre o processo de esvaziamento da rede depois do homicídio do presidente da associação, pode-se observar que: inicialmente, entre os anos de 2006 e 2007, houve uma participação mais intensa de agentes supralocais e uma participação diminuta dos agentes líderes locais; entretanto, no ano de 2009, a participação diminuta também incidiu sobre o número de agentes supralocais. Observações nos fluxos dos locais das reuniões demonstram que nos últimos meses de 2009 houve a retomada nas reuniões da rede por parte de alguns gestores de instituições locais e de associações, como a do bairro Alvorada. Todavia, apesar desse retorno, devido ao momento de baixa circulação

das instituições na rede, a última reunião do ano marcada para dezembro foi redirecionada para fevereiro de 2010.

As reuniões que ocorreram no primeiro semestre de 2010 promoveram mudanças em relação ao ano anterior; foi um número maior de reuniões ocorrendo nas instituições municipais do bairro Morumbi. Se até o ano anterior havia esvaziamento dessas instituições, principalmente de saúde pública e assistência social, neste momento, elas começam a desenvolver certos vínculos transitórios com os agentes participantes da rede. Nos meses subsequentes os encontros da rede foram focados na divulgação de trabalhos sobre a redução de danos nos usos de drogas lícitas e ilícitas. A articuladora da saúde mental do setor descreve o funcionamento do projeto *Consultório de Rua*.

Essa articulação da rede leste com as instituições de saúde pública local, debatendo ações de redução de danos para usuários de drogas lícitas e ilícitas, demonstra uma preocupação dos fomentadores dos encontros em colocar na pauta de discussão estratégias de prevenção a tipos de crimes relacionados às drogas. Assim, por mais que seja questionável o tipo de abordagem e a sua eficácia quanto ao usuário (afinal, com a chegada da equipe os grupos de usuários se desfazem), entende-se o desejo desses profissionais em, ao menos, deslocar a questão do uso das drogas de um problema policial e de justiça criminal para um problema de saúde pública. Outro fator de suma importância nesse vínculo é o maior acesso juvenil, via oficinas do programa, as informações e serviços das redes de saúde pública.

Na reunião no mês de outubro, algumas disjunções burocráticas entre programas municipais e estaduais foram colocadas na pauta do dia. Os conflitos entre instituições diferentes demonstraram algumas tendências de ramificações da rede leste e um vínculo que se torna mais efêmero a partir de então.

A [técnica social do Fica Vivo] pontuou que seria atribuição do CRAS fomentar a rede [Leste], como já existe uma rede estabelecida algum técnico poderia participar já que faz parte da metodologia do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) o fomento da rede. F [gestora social do NPC Uberlândia] pontuou a desnecessidade de duas reuniões, mas de fortalecer uma, por isso a importância dos profissionais do Morumbi estarem presentes na rede local (Ata Rede Leste 2010: 28).

Tal cobrança da técnica social do Fica Vivo, motivada pelo caráter sistêmico e normativo do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em compor um espaço que deveria ser ocupado pelo programa Mediação de Conflitos, além de não ter dado certo, evocou outra contradição com a duplicação de reuniões. Ao longo do tempo, com o processo de desarticulação entre as instituições municipais de saúde pública e de assistência social e os encontros da rede leste esses problemas

foram encerrados. No último mês de 2010, a reunião teve a participação de poucos profissionais de outras instituições supralocais. A maioria dos participantes é de profissionais do próprio CPC de base local e territorial.

Em 2011, verificaram-se mudanças significativas nos fluxos dos participantes: a saída gradativa (mas não total) das instituições públicas municipais de saúde pública, assistência social e a entrada de alguns agentes supralocais e locais que trabalham em instituições de arte, esporte e educação. Dessa relação, os diversos usos da arte e do esporte no contexto de criminalidade e na gestão das políticas de segurança pública tornaram-se linguagens que englobaram discursos conflitantes, que oscilavam entre a narrativa de dispositivos preventivos de criminalidade ou de apologia à criminalidade. Como no caso da *lan house*, essas linguagens aparecem como marcador de identidade muito importante para se definir quais são os tipos de jovens sujeitados à criminalidade.

Se, historicamente, temos no Brasil uma sujeição criminal (Misse 2008) de certos tipos sociais – o capoeira, o sambista, os *mano* do movimento *hip hop*, e, mais recentemente, o *funkeiro* – resta saber como essas manifestações, que fazem parte da estética juvenil dessas localidades, são utilizadas pelas ações governamentais e não-governamentais como dispositivos preventivos da segurança em Uberlândia. Diante desse contexto, foram observadas algumas ações e dinâmicas do Programa Fica Vivo e de outras instituições da rede leste, que utilizam várias oficinas de arte e esporte em suas metodologias de ação preventiva.

Ademais, cabe ressaltar que as iniciativas da rede leste que envolvem ações de fomento e de agenciamento de eventos artísticos e esportivos ocasionaram um *empoderamento passivo* da população juvenil das áreas de risco, na medida em que ocorrem as tomadas de decisões dos projetos e iniciativas oferecidas nos bairros e essas não passam por um ambiente de decisões que conte com a presença de moradores locais, sobretudo da faixa etária juvenil. Essas decisões são definidas por agentes supralocais ligados às instituições públicas, privadas ou do terceiro setor que atuam no bairro e na rede, mas sua gerência está fora das localidades.

4. AS REDES DE ARTE E ESPORTE DO SETOR LESTE DE UBERLÂNDIA

Muitos projetos culturais nas periferias de Uberlândia resultam em práticas de gestão, cujo entrave linguístico é estabelecido entre o exercício profissional dos *oficineiros* – artistas e atletas – e dos *gestores e técnicos sociais* – psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, bacharéis em direito,

cientistas sociais ou administradores de empresa –, sem formação ou relativo conhecimento das atividades práticas das áreas artísticas e esportivas.

As instituições, ao contratarem profissionais da área (quando não voluntários de outras áreas) para as oficinas de arte e esporte, na maioria dos casos, não conseguem criar *narrativas públicas de performances*, que consiste na consolidação de um núcleo de práticas pedagógicas com os jovens, que lhes possibilitem circular em espaços públicos da cidade para assistirem e participarem de apresentações artísticas, torneios e campeonatos esportivos. Muitas vezes, pela falta de comunicação entre gestores, técnicos sociais e oficinairos, tais oficinas não conseguem oferecer infraestruturas adequadas para suas condições de trabalho.

A participação dos artistas e atletas no contato com os jovens das chamadas áreas de risco são consideradas por muitos agentes que trabalham e até gerenciam essas instituições como *a ponta do projeto*. Em outras palavras, o projeto geralmente passa por uma pré-produção, aprovação, captação de recursos, readequação orçamentária, novo plano de trabalho, execução de logística e, por fim, execução de oficinas e apresentação pública dos resultados. A execução artístico-esportiva, geralmente, é a ponta do projeto, por ser a parte mais “apertada” no sentido temporal e, em muitos casos, no sentido econômico do termo.

Esse contexto também se revelou nas políticas estaduais de prevenção à criminalidade, como registrados nos livros de atas das reuniões da rede leste. Antes mesmo do período da crise brasileira, os cortes nos gastos de eventos como fóruns do programa Fica Vivo, shows e eventos artístico-esportivos demonstram uma gestão do gerenciamento de crise do eixo da proteção social, conforme relatou um técnico social⁵ do programa.

Esse ano [2011] foi atípico que tivemos um período de cortes de orçamento e que abalou total. Então nem pode abrir mais oficinas. Algumas ações que eram reconhecidas não puderam ser executadas como os torneios esportivos e as mostras culturais. São ações que o programa oferece recursos para que elas aconteçam. Não vem de recursos para oficinairos. É algo que eles injetam. Assim, como também em Belo Horizonte as Olimpíadas e a Mostra de Grafite. As nossas capacitações técnicas que são fundamentais pra essa política que é uma política qualificada. E que a gente tem que ter esse feedback o tempo todo de discutir, de atualizar e discutir a prática do dia a dia, porque é cheio de elementos que estamos trazendo na entrevista para você dos acontecimentos do dia a dia. Na convivência com os conflitos, até onde eu posso ir até onde eu não posso.

Tais relatos demonstram como o exercício profissional da arte e do esporte, com poucas exceções, ainda necessita de uma maior valorização profissional. Sendo pequenos ou grandes projetos, o que se constata no pagamento do oficinairo é a precariedade do seu trabalho, geralmente recebendo muito pouco e sem nenhum direito trabalhista.

No que se refere ao Programa Fica Vivo, apesar da complexa função do oficinairos em ensinar o conteúdo da oficina e ainda descobrir os graus de vulnerabilidade dos jovens, seu exercício laboral não gera vínculo empregatício. Eles recebem apenas uma bolsa para ajuda de custo. Esse é um fator amplamente criticado pelos próprios oficinairos, e até por alguns técnicos e gestores sociais entrevistados na pesquisa.

A dinâmica apresentada na cidade para os jovens da periferia é ainda pior, pois, o empoderamento da comunidade também fica mais restrito à condição de *empoderamento passivo* ao passo que eles possuem apenas a opção de fazer aulas ou oficinas, se tornando, no máximo, multiplicadores.

Todavia, algumas exceções merecem registro; apesar de poucas, há instituições supralocais e alguns profissionais locais que, por meio de iniciativas públicas ou privadas colocam em seus planejamentos executivos a arte-esporte como pauta séria, e disso decorrem resultados muito expressivos e uma melhor oportunidade trabalhista para os oficinairos. Também é inegável e importante ressaltar o bom e estruturado trabalho de vários oficinairos e demais profissionais da arte e do esporte nessas localidades, mesmo dentro desse contexto de gerenciamento de crises.

Outro fator muito interessante em algumas localidades consideradas áreas de risco é a produção artística e esportiva transcender as formas de financiamentos dos agentes supralocais. Muitos bairros pobres constituídos nas periferias de Uberlândia desenvolvem formas de expressividades artísticas como: *rap*, *funk* carioca, *axé music*, sertanejo, o pagode, dança de rua, o forró, os ternos de congos, moçambiques, catopés e marinheiros, os grupos de folias de reis, de maneira totalmente alheia às produções governamentais municipais.

Algumas dessas narrativas públicas de performance, como a dança de rua e o *rap*, ao longo das últimas décadas, foram ganhando espaço dentro de instituições sociais, principalmente as educacionais, como centros de formação e organizações não-governamentais. Entretanto, outros estilos de arte como o *funk* carioca (e em alguns espaços educacionais o próprio *rap*) são expressões artísticas repudiadas por boa parte dos artistas-educadores e produtores culturais ligados à periferia “pela associação e apologia a estilos de vida relacionados com a criminalidade”. Também é inegável afirmar que, mesmo ganhando espaço dentro das instituições educacionais, a arte do *hip hop* em certas ocasiões práticas também é enquadrada como apologética ao mundo do crime.

De uma forma geral, é cada vez mais visível que as instituições supralocais estão priorizando o modelo disciplinar escolar e o ensino profissionalizante, colocando assim em suas narrativas e práticas sociais a arte e o esporte de forma ainda mais secundária. Em alguns casos, verifica-se também que as oficinas de arte, quando solicitadas, devem atender a uma necessidade

produtivista, como por exemplo, de fazer peças de artesanato para vender e complementar a renda familiar. Ademais, sem querer condenar tais práticas produtivistas, pois muitas delas são motivadoras, estimulantes ou de extrema importância para a formação profissional de jovens e adultos interessados em aprender, chama-se a atenção para a diminuição de ofertas das oficinas artísticas e esportivas face ao crescimento desse tipo de prática pedagógica técnica.

Com a reconfiguração da rede leste, a partir da constituição de fomento voltado para a produção de eventos artístico-culturais coletivos, com objetivo de demonstrar os projetos sociais dos bairros, bem como trazer grupos artísticos importantes do cenário nacional para se apresentarem nas localidades, houve em alguns desses eventos certas decisões unilaterais nos “planejamentos coletivos” que demonstraram conflitos e limites do uso público ou privado da rede. Em um deles, cogitou-se um debate público sobre qual local seria mais adequado para a realização desses eventos. Boa parte dos agentes opinou pela importância de eventos dessa natureza ocorrer nas ruas dos bairros. Todavia, em reuniões subsequentes, os gestores da instituição não-governamental proponente do projeto justificaram sua decisão em tornar o espaço da empresa um espaço público para a população local.

Alguns conflitos a respeito das ações pedagógicas internas dos eventos também demonstram certas tensões entre instituições que compartilham as práticas da arte-educação com jovens e crianças. Em uma dessas ocasiões festivas percebe-se a frustração de um grupo de jovens, frequentadores de uma oficina de violão de um programa de prevenção à criminalidade. Despreparados no momento em que tinha sido estipulado para se apresentarem, foram impedidos de tocar em momento posterior, sobre a justificativa que poderiam atrapalhar a atração principal do evento. Tal conflito foi debatido como ponto de pauta na reunião seguinte da rede. Foi colocado pelos técnicos sociais do programa como uma ação inadequada aos desejos coletivos dos jovens, de seus familiares (pela expectativa negativa dos jovens, amigos e familiares terem ido assistir ao evento), bem como dos gestores e técnicos sociais da instituição envolvida, visto que a missão da instituição não era a de levar performances profissionais para o evento, mas apenas mostrar os resultados das oficinas. Assim, outros entraves linguísticos são configurados dentro do campo da arte, através das tensões entre os diferentes focos pedagógicos e administrativos das instituições.

Com efeito, a falta de um planejamento de médio e longo prazo de eventos que consolidem narrativas públicas de performances artísticas transformou suas ações sociais em episódicas e fragmentadas. Apesar dos eventos realizados pelas instituições supralocais serem positivos no sentido de levar multifacetadas linguagens artísticas, ligadas à cultura popular e educação ambiental para a população, a dissonância mais aguda que se verifica é que a linguagem juvenil local afinada

com os movimentos de *hip hop* não conseguiu estabelecer um diálogo expressivo dentro do circuito de programação desses eventos supralocais, tornando-os pouco atraentes à participação dos jovens.

Nesse aspecto, nota-se uma diferença fundamental entre os calendários de eventos das produções artísticas e das produções esportivas locais. A primeira delas é que as produções artísticas são arregimentadas diretamente pelos agentes supralocais que integram os encontros da rede leste. Enquanto que as oficinas esportivas de futebol (mas também de outras modalidades como a capoeira, judô, artes marciais mistas e o karatê) realizadas também poricineiros do programa Fica Vivo, oficineiros e professores de educação física de outras instituições, estão inseridas em importantes e bem estruturados circuitos de eventos esportivos locais e municipais que extrapolam os domínios da rede leste.

Assim, esses jovens acessam vários circuitos de campeonatos na região leste, em outras regiões da cidade e outros municípios. Oficineiros, como Alexsandro, ligado à Central Única de Favela (CUFA) de Uberlândia, passaram a fomentar importantes circuitos de torneios masculinos e femininos no bairro e na cidade de Uberlândia. Em parceria com o programa Fica Vivo ele treina na praça pública o time feminino de futebol *Divas do Dom Almir*. Além de ser organizador de campeonatos, ele participa de vários torneios municipais e estaduais durante o ano na condição de técnico das divas. Vale ressaltar as suas produções de campeonatos masculinos e femininos, em parceria com os canais abertos, gerou uma grande visibilidade para os jovens de toda a cidade e seus talentos esportivos.

É importante considerar que esses torneios locais projetaram muitos jovens para o competitivo e rentável futebol amador da cidade. Com uma organização profissional, os campeonatos de futebol amador pagam “bichos” variáveis aos seus jogadores, de acordo com contratos previamente estipulados, sendo inclusive uma fonte de renda complementar e, para alguns, a principal.

O trabalho desses oficineiros do futebol movimenta os maiores fluxos de jovens para o programa Fica Vivo na cidade. O estímulo às competições oficiais, aos jogos em campeonatos geralmente realizados aos domingos de manhã e a necessidade de uma boa forma física são iniciativas que não retiram a vontade e a possibilidade dos jovens em experimentarem ou realizarem práticas ilegais. Todavia, criam importantes circuitos de torneios nos quais muitos jovens executam planejamentos de cuidados de si. Assim, dessas experiências de eventos e oficinas criadas no envolvimento do futebol infanto-juvenil, são realizadas práticas sociais consolidadas no calendário de lazer dos jovens, possibilitando um planejamento reflexivo por parte desses, ao decidirem se irão entrar ou não em algum time, durante a temporada. Entrar em algum time significa criar, na maioria

das vezes, um vínculo individual e coletivo de treinos físicos e movimentos disciplinares, como acordar cedo aos domingos, dormir cedo aos sábados, diminuir as baladas, beber pouca bebida alcoólica, “dar um tempo no cigarro”.

Por outro lado, as linguagens artísticas assimiladas pela população juvenil, sobretudo a do movimento *hip hop*, ainda não conseguiu emplacar e consolidar um circuito mínimo de eventos e práticas como ocorre com os campeonatos de futebol e outras modalidades esportivas. Apesar da configuração da rede leste, nos últimos anos, estar mais voltada para práticas de arte-educação, como vimos, ela não conseguiu constituir nos bairros do setor uma relação mais visceral entre a linguagem artística criada pelos agentes supralocais e as linguagens artísticas da população juvenil do bairro. Talvez a reclamação de alguns gestores sociais nas reuniões de rede, sobre o esvaziamento “da população da comunidade” nos eventos realizados por eles, não levam em conta a necessidade de que essas produções artísticas constituam uma via de mão dupla, cujo diálogo entre as artes locais e supralocais possam fomentar, como nas oficinas esportivas, importantes narrativas públicas de performance, que possibilitem ao jovem desejar experimentar a experiência artística de forma mais sistematizada em suas vidas.

Por mais que esses eventos artísticos não emplaquem uma narrativa pública de performance como nos eventos esportivos, algunsicineiros de dança de rua também conseguem produzir e criar tais narrativas “por dentro” e “por fora” dos eventos criados na rede leste. É o caso doicineiro Paulo Edson; o vínculo do bailarino com a companhia Balé de Rua e com produtores de outros bairros possibilitou a ele constituir com os jovens vinculados ao Programa Fica Vivo um acesso importante aos circuitos de eventos municipais.

Fazendo jus ao nome do grupo: *Comunidade Ativa*, os jovens do grupo circulam em vários ambientes, realizando desde apresentações na feira livre do bairro Jardim Canaã, no domingo de manhã (periferia oposta à localidade em que eles moram e ensaiam), passando por eventos empresariais situados em salões de hotéis e espaços privados da elite municipal, eventos em praças públicas e parques municipais, ou até integrando o corpo de baile de companhias profissionais de dança, que promovem eventos anuais visando realizar um *fusion* dos trabalhos sociais realizados pelos seus bailarinos.

Um dos circuitos mais almejados pelos integrantes do grupo é a seleção em editais de dança financiados por grandes empresas multinacionais. Nesses editais são realizados importantes trabalhos de curadoria que, além de subsidiarem certos custos do corpo de baile, emitem pareceres técnicos confeccionados por especialistas dando sugestões para uma melhor performance do grupo. Esses pareceres são emitidos antes das apresentações com o intuito de estimular o grupo a

aperfeiçoar certas técnicas, movimentos corporais e coreográficos para uma melhor execução no momento da apresentação. Ademais, como nas oficinas de futebol, tais experiências permitem aos jovens um envolvimento cotidiano e extra cotidiano de ensaios, treinos corporais e apresentações que estimulam o cuidado de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na pesquisa demonstram em Uberlândia uma primazia do eixo da repressão qualificada sobre o eixo da proteção social, com a expansão do policiamento especializado nas áreas de risco sem a inclusão compatível dos funcionários ligados aos programas preventivos, gerando assim, nos últimos anos, um processo acelerado da população carcerária no município.

Tabela 1 – População Carcerária da Cidade de Uberlândia: 2005-2014

Gênero	2005	2014
Feminino	70	124
Masculino	1.063	2.373
Cor	2005	2014
Amarela	15	14
Branca	491	920
Parda	459	1.147
Preta	168	416

Fonte: (Tavares 2015: 2)

Em 2014, houve o aumento de 249% da população negra (preta e parda) encarcerada em relação a 2005, enquanto que no mesmo período a população branca aumentou em 187%. Assim, em Uberlândia esses números corroboram a tendência nacional da população carcerária brasileira ser majoritariamente negra, juvenil e masculina.

A reportagem intitulada “*Jovens Presos em Uberlândia*” mostra o aumento de 1300% em 10 anos, realizada pela jornalista Layla Tavares, publicada no jornal Correio de Uberlândia do dia 15 de setembro de 2015, apresenta esses marcadores de diferença:

A quantidade de jovens entre 18 e 29 anos presos em Uberlândia aumentou mais de 1300% nos últimos 10 anos. No mesmo período, entre 2005 e 2015, a população carcerária da cidade cresceu 142%. Atualmente, a Penitenciária

Professor João Pimenta da Veiga e o Presídio Professor Jacy de Assis abrigam 2.743 pessoas, das quais 1.548 (56,4%) são jovens. Os dados são da Secretaria de Segurança Social de Minas Gerais. De acordo com o Estatuto da Juventude, pessoas com idade entre 18 e 29 anos são jovens (Tavares, 2015: 3).

Nesse aspecto, Uberlândia também segue a tendência brasileira do encarceramento juvenil, sendo registrada a mesma taxa nacional de um total de 56% da população carcerária. A diferença está na velocidade, enquanto a média nacional foi aumentando em uma série histórica maior, segundo os dados do relatório do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), o crescimento da população dessa faixa etária na cidade foi sete vezes mais acelerado que a média nacional.

Conforme dados contidos no relatório do Infopen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias), divulgado no fim de junho, pelo Ministério da Justiça, a porcentagem de jovens de 18 a 29 anos entre a população encarcerada no Brasil coincide com o número registrado nas unidades prisionais de Uberlândia – 56%. O crescimento nacional, porém, foi em menor escala. Enquanto em Uberlândia, de 2005 a 2014, a quantidade de jovens desta faixa etária encarcerados cresceu mais de 1300% no País, de 2005 a 2013 (último dado nacional disponível), o aumento foi de 177,9% (Tavares, 2015: 5).

Tais dados corroboram as assertivas de Flávio Saporì, ao demonstrar que o processo de interiorização das políticas de segurança pública em Minas Gerais, mesmo em época de pleno investimento, privilegiou a construção de presídios e o policiamento repressivo face aos programas de prevenção à criminalidade.

Assim, diante da crise brasileira iniciada em 2014, não houve uma ruptura significativa, pois, como demonstrado, temos no município uma relação de continuidade iniciada desde 2006, com uma gestão da segurança pública que envolveu de forma englobante o eixo da repressão qualificada e do aumento de vagas prisionais e de maneira precária o eixo da proteção social. Em síntese, as conexões de sentido das políticas estaduais de segurança pública que se configuraram no município ocorreram por meio de um gerenciamento de crise desde sua implantação: i) dos aspectos macrossociais inferidos pelo impacto dos policiamentos com ênfase na repressão qualificada aos dados apresentados sobre a população carcerária na cidade e; ii) dos aspectos microssociais da implementação homeopática, incompleta e de gerenciamento de crise dos programas estaduais nas periferias e na formação de redes protetivas para os jovens.

Ademais, apesar de residual, vimos como algumas narrativas de performances públicas se materializam nos interstícios do empoderamento passivo da rede leste. É inegável como as ações dos técnicos, gestores e oficinheiros, sobretudo pelo uso dos atendimentos psicossociais, das oficinas

de artes e esportes são experiências que possuem dimensões capilarizadas que colaboram, em certos casos práticos, de forma qualitativa, para uma melhor condição de vida dos jovens dessas localidades pobres. Todavia, como vimos, em termos macrossociais, a política estadual de segurança pública segue no município a tendência de várias cidades e unidades federativas, ao estabelecer estratégias governamentais que engrossem o caldo do racismo institucional e do encarceramento massivo brasileiro.

REFERÊNCIAS:

ALVITO, Marcos. 2001. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

BEATO, Claudio. & PEIXOTO, Betânia. 2005. “Há Nada Certo. Políticas Sociais e Crime em Espaços Urbanos”. In Sento-Sé. João. *Prevenção da Violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 163-202.

BEATO, Claudio. SILVA, Braulio. & SILVEIRA, Andreia. 2008. “Prevenção de Crimes Urbanos: o Programa Fica Vivo”. in LIMA, Renato. & PAULA, Liana. *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto. pp. 77-88.

CORRÊA, Ana. 2008. Monografia Acadêmica. *Desafios e Revisões do Programa Fica Vivo à Luz dos seus anos de existência*. Graduação em Administração Pública. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte.

GARLAND, David. 2008. *A Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan.

LEITE, Fabiano. 2003. Monografia Acadêmica. *O Programa Fica Vivo! uma análise sob a perspectiva do capital social*. Graduação em Administração Pública. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte.

LIMA, Renato. & RATTON, José. 2011. *As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: FNSP e ANPOCS.

MISSE, Michel. 2008. *Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan.

NEVES, Fabiano. 2009. “Manual prático da morte: a dimensão da letalidade juvenil”. In OLIVEIRA, Kris. & OLIVEIRA, Gleiber. *Olhares sobre a prevenção à criminalidade*. Belo Horizonte: Instituto Elo. pp. 175-192.

PAIXÃO, Antônio. 1982. *A organização policial numa área metropolitana*. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. (vol. 25, n. 1): 63-85.

SAPORI, Luís. 2007. *Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro. FGV.

SOUZA, Ângela. 2013. Dissertação Acadêmica. *Entrelaçamento de Saberes: as alternativas construídas pelos jovens participantes do Programa Fica Vivo! Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência*. Faculdade de Medicina. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

TAVARES, L. Jovens presos em Uberlândia aumentam em 1300%. Correio de Uberlândia. Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/jovens-presos-em-uberlandia-aumentam-1300-em-10-anos/>. Acesso em 15 set. 2015.

NOTAS:

- ¹ Entrevista realizada em 27 de abril de 2012.
- ² Entrevista realizada em 27 de abril de 2012.
- ³ Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2012.
- ⁴ Entrevista realizada em 28 de dezembro de 2011.
- ⁵ Entrevista realizada no dia 2 de março de 2013.

AUTOR:

MÁRCIO BONESSO

Professor de Sociologia do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) *campus* Uberlândia-centro. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar).